AS REDES DE APOIO SOCIAL

As redes de apoio social são definidas por Sluzki (apud TEIXEIRA & LEÃO,2002) como a soma de todas as relações que um indivíduo percebe como significativas ou que define como diferenciadas da massa anônima da sociedade. Essa rede corresponde ao nicho interpessoal da pessoa e contribui substancialmente para seu próprio reconhecimento como indivíduo e para a sua auto-imagem. Nessa rede estão incluídas todas as relações do indivíduo, divididas em família, amizades, relações de trabalho ou escolares e relações comunitárias.

O debate em torno das redes de apoio social deriva da teoria do apoio social, que tem origem em autores norte-americanos. O apoio social é definido como sendo qualquer informação, falada ou não, e/ou auxílio material, oferecidos por grupos e/ou pessoas que se conhecem, que resultam em efeitos emocionais e/ou comportamentos positivos. Trata-se de um processo recíproco, isto é, que tanto gera efeitos positivos para o receptor, como também para quem oferece o apoio permitindo, dessa forma, que ambos tenham mais sentido de controle sobre suas vidas e que desse processo se apreenda que as pessoas necessitam umas das outras (MINKLER, apud VALLA, 2000).

Essencialmente, o debate em torno da questão do apoio social se baseia em investigações que apontam para o seu papel na manutenção da saúde, na prevenção contra doenças e como forma de facilitar a convalescença. Na realidade brasileira estratégias e táticas que podem ser consideradas como similares as de apoio social acontecem no cotidiano das camadas populares, nem sempre de forma intencional, mas como alternativas espontâneas e emergenciais no enfrentamento dos problemas de saúde. (DAVID, 2001)

Analisando as redes sociais, Wong Un (2002) coloca que sua abordagem parte da imagem/metáfora da rede ou teia, onde as pessoas ou organizações seriam os pontos (os nós) do tecido, e os fios são as relações que acontecem entre estes elementos. Numa visão da complexidade, reconhece que a rede apresenta propriedades e características próprias que não estão presentes em cada elemento isolado, existindo fluxos bidirecionais de informações, experiências, idéias, estabelecendo diálogos e processos de construção mútua. Ele denomina as redes sociais de *redes interpessoais de relações sociais solidárias,* afirmando que elas se formam em contraponto à intolerância e perante a construção de mundos excludentes onde as pessoas comuns, grupos e comunidades desenvolvem buscas e experiências solidárias.

Estas redes são dinâmicas, temporárias, frágeis, mutáveis, mas ao mesmo tempo são sistemas auto-organizados de onde surgem propostas, táticas e estratégias para enfrentamento coletivo dos problemas. Elas cumprem o objetivo de proporcionar segurança e bem-estar frente a determinada configuração cultural adversa. Nestas redes os sentimentos mais fortes são aqueles que relacionamos à solidariedade e com o senso de estar protegido. Este autor coloca que “o senso de suporte que a pessoa vivencia ao fazer parte destes fluxos de criação de culturas solidárias, faz com que sua presença no mundo seja menos precária, se sinta útil e boa, e receba/ofereça sentimentos fraternos de

cura (healing emotions), e aconteçam crescimentos pessoais e coletivos” (WONG UN,

2002).

Segundo Kleinmmann (apud OLIVEIRA & BASTOS, 2000) a rede de apoio social envolve dois níveis: o formal, constituído pelos profissionais envolvidos com as redes, e o informal, do qual fazem parte familiares, vizinhos, etc. Estes níveis estão claramente implicados na construção cotidiana dos itinerários terapêuticos. Na realidade sócio-econômica dos países em desenvolvimento as redes de apoio social são, com freqüência, a única possibilidade de ajuda com que as famílias empobrecidas podem contar, além de serem o único suporte para ajudar a aliviar as cargas da vida cotidiana. (ANDRADE & VAITSMAN, 2002).

As famílias de classes populares dispõem de uma ampla rede de apoio social, composta de amigos, vizinhos e irmãos de religião. Esta rede funciona para quase todas as situações, desde cuidar de um filho doente até a ajuda financeira e mão de obra para reformar a casa. (OLIVEIRA & BASTOS, 2000). Esta é uma perspectiva em que as redes funcionam no sentido de suprir deficiências deixadas pelas políticas sociais implementadas pelo Estado liberal.

Sob outra perspectiva, Landim, (apud ANDRADE & VAITSMAN, 2002) observa que a rede de solidariedade presente no tecido social brasileiro contrariou a tese de que a sociedade civil estaria totalmente desativada e apática. A importância da formação e ampliação dessas redes de solidariedade estava não só na mobilização e distribuição de recursos para as famílias, grupos e pessoas em situação de carência, mas também na disseminação de uma noção de cidadania ligada à ideia de interdependência entre os membros da sociedade.

Essa ideia vincula-se à noção de redes, já que elas envolvem relações de troca, as quais implicam obrigações recíprocas e laços de dependência mútua. Pensar uma sociedade em rede significa entendê-la na sua interdependência e policentrismo. (OLIVEIRA & BASTOS, 2000) Nessa perspectiva, as redes podem ser vistas como movimento social, apresentando-se a possibilidade de serem fortalecidas mediante o exercício da autonomia dos sujeitos sociais.

Valla (1999) explicita a dupla possibilidade que se coloca para as redes. De um lado, elas possibilitam a prevenção de doenças através da solidariedade e apoio mútuo, de outro, oferecem também uma discussão para os grupos sociais sobre o controle de seu próprio destino e autonomia das pessoas, buscando, assim, tanto compreender quais problemas de saúde têm soluções no âmbito da própria comunidade, quanto discutir a possibilidade de socializar a concepção de autonomia e do controle sobre o seu próprio destino. É o que este autor também denomina de ‘duplo caminho’, onde, ao mesmo tempo em que os grupos populares adotam estratégias para solucionar problemas, cobram a responsabilidade governamental. (VALLA, 1997)

O fortalecimento das redes sociais aponta para uma revalorização do princípio da comunidade e, com ele, a ideia de igualdade sem mesmidade, a ideia de autonomia e a ideia de solidariedade. Apresenta-se, assim, a possibilidade de uma *sociedadeprovidência* transfigurada que, sem dispensar o Estado das prestações sociais a que o obriga a reivindicação da cidadania social, sabe abrir caminhos próprios de emancipação e não se resigna à tarefa de suprir as lacunas do Estado. Isso indica a necessidade de fundar uma nova cultura política, baseada tanto na ideia de obrigação política vertical entre os cidadãos e o Estado, quanto na obrigação política horizontal entre cidadãos.

Esta cultura política tem por princípios a ideia da participação e solidariedade concretas na formulação da vontade geral, visando alcançar uma nova qualidade de vida pessoal e coletiva assentes na autonomia e no autogoverno, na descentralização e na democracia participativa, no cooperativismo e na produção socialmente útil. (SANTOS, 2001)

Neste contexto, as diversas formas de apoio solidário destacam-se, não apenas como uma alternativa à crise do sistema de saúde e das políticas sociais em geral, mas com um valor próprio, constituindo-se em uma forma valiosa para lidar com o sofrimento, o adoecimento e a solidão contemporânea. (WONG UN, 2002).

Para que as redes de apoio possam atuar segundo a perspectiva do ‘duplo caminho’, é necessário que a autonomia dos sujeitos que a compõem seja reconhecida na sua potencialidade e consolidada por um processo de *“empowerment”* ou empoderamento.

O EMPODERAMENTO DAS REDES E A EDUCAÇÃO POPULAR

O *“empowerment”* é definido por Pinto (1998) como um processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidades, em si mesmos e no meio envolvente, que se traduz num acréscimo de poder – psicológico, sócio-cultural, político e econômico – que permite a estes sujeitos aumentar a eficácia do exercício de sua cidadania. Ele descreve e inicia processos de auto-organização e de apoio mútuo, que reforçam a consciência política através de ações sociais e viabilizam uma participação coletiva nas decisões sociais e políticas (STARK, apud KLEBA, 2000).

Como processo e resultado, o empoderamento é visto como emergindo em uma ação social na qual os indivíduos tomam posse de suas próprias vidas pela interação com outros indivíduos, gerando pensamento crítico em relação à realidade, favorecendo a construção da capacidade social e pessoal e possibilitando a transformação de relações de poder. No nível individual, refere-se à habilidade das pessoas em ganhar conhecimento e controle sobre forças pessoais, sociais, econômicas e políticas para agir na direção da melhoria de sua situação de vida. (ANDRADE & VAITSMAN, 2002)

O empoderamento atua, tanto no desenvolvimento da capacidade de participação coletiva, reforçando a participação comunitária, quanto no desenvolvimento de habilidades pessoais, sendo também usado, segundo Teixeira & Leão (2002) como sinônimo para habilidades de enfrentamento, suporte mútuo, organização comunitária, sistema de suporte, participação da vizinhança, eficiência pessoal, competência, autoestima e auto-suficiência.

O conceito de poder é subjacente ao termo empoderamento e tem como significado central o ganho de poder. Poder, neste sentido traduz a idéia da habilidade de agir e criar mudanças dentro de uma desejada direção. Teixeira & Leão (2002), anteriormente citados, argumentam que para se discutir o empoderamento é preciso que se entenda o poder dentro de um relacionamento social, no qual os atores possam usar os recursos de poder pessoal, social e político, para criar mudanças, mas que tenha uma conotação de valor baseada na conceituação de poder compartilhado, ao invés do poder sobre o outro.

Pinto (1998) destaca a importância que os movimentos de auto-ajuda tiveram para a abordagem de *“empowerment”*. Segundo esta autora, os princípios defendidos por estes movimentos de confiança nas capacidades internas dos indivíduos, na participação e organização voluntária dos grupos de auto-ajuda, na importância dos indivíduos terem controle sobre sua própria vida e a importância das redes de apoio, foram trabalhados e incorporados no processo de *“empowerment”*.

As redes de apoio são colocadas como ferramentas para o empoderamento, representando um caminho que visa a libertação dos indivíduos relativamente a estruturas, conjunturas e práticas culturais e sociais que se revelem injustas, opressivas e discriminatórias, através de um processo de reflexão sobre a realidade da vida humana.

Depreende-se do que foi exposto que as redes de apoio social podem servir como espaços de empoderamento aumentando o senso de controle de vida e organizando processos de compartilhamento de poder, de forma a incentivar o exercício da cidadania. É possível, assim, que as práticas de Educação Popular venham contribuir com o empoderamento das redes de apoio e conseqüentemente dos sujeitos que as constituem, uma vez que elas estimulam a reflexão crítica da realidade, incentivando a libertação de toda forma de opressão; valorizam a capacidade individual e coletiva dos sujeitos das camadas populares e defendem sua autonomia enquanto sujeitos e enquanto

grupo, buscando formas de fortalecimento.

Demo (1995) afirma que a cidadania é a competência humana de fazer-se sujeito, para fazer história própria e coletivamente organizada. Ele destaca que para o processo de formação dessa competência alguns componentes são cruciais, como educação, organização política, identidade cultural, informação e comunicação, destacando-se, acima de tudo, o processo emancipatório. Este autor enfatiza que a cidadania é a raiz dos direitos humanos, uma vez que eles só medram onde a sociedade se faz sujeito histórico capaz de discernir e efetivar seu projeto de desenvolvimento.

Zarco (2000) defende a concepção de cidadania ativas, cuja construção relaciona-se claramente com o desenvolvimento de destrezas ou códigos culturais básicos. Este autor parte do argumento de que a cidadania não se esgota na esfera política do voto e da igualdade formal perante a lei; também implica outras dimensões, como as referidas à coesão social, à equidade na distribuição de oportunidades e de benefícios, e à solidariedade no seio das sociedades complexas e diferenciadas.

Contribuir com o exercício de cidadanias ativas significa tornar evidente que os direitos são conquistas que precisam ser asseguradas. Bobbio (1992) considera que o problema grave do nosso tempo com relação aos direitos humanos não é mais de fundamentá-los, mas de protegê-los.

A prática da cidadania entendida como competência de se fazer sujeito, pressupõe, então, a luta no sentido de que os direitos conquistados sejam assegurados a todos os seres humanos indistintamente.

Santos (2001) defende a idéia de novas formas de cidadania, baseadas na concepção de que a obrigação política horizontal, entre cidadãos, e a idéia da participação e da solidariedade concretas na formulação da vontade geral são as únicas suscetíveis de fundar uma nova cultura política e, em última instância, uma nova qualidade de vida pessoal e coletiva assentes na autonomia e no autogoverno, na descentralização e na democracia participativa, no cooperativismo e na produção socialmente útil. Segundo este autor é possível - sem abrir mãos das conquistas da cidadania social, como pretende o liberalismo político-econômico - pensar e organizar novos exercícios de cidadania e novas formas de cidadania, coletivas e não meramente individuais, assentes em formas político-jurídico que, ao contrário dos direitos gerais e abstratos, incentivem a autonomia e combatam a dependência burocrática, personalizem e localizem as competências interpessoais e coletivas em vez de as sujeitar a padrões abstratos.

Considerando-se que as redes são, em geral, informais, temporárias e mutáveis, por sua própria constituição, os atores sociais que dela fazem parte podem contribuir com sua ampliação ou integração. A Educação Popular pode facilitar o desenvolvimento

da capacidade desses sujeitos de encontrarem soluções e lutarem no sentido de assegurar seus direitos socais através da participação política. É uma possibilidade de colaborar com o empoderamento desses sujeitos, procurando a vinculação entre os conhecimentos que vão sendo adquiridos no processo educativo com experiências concretas de empoderamento por parte das pessoas e grupos em sua condição de cidadãos: desenvolvimento de autoestima, de habilidades para o diálogo, de relação com autoridades, de organização comunitária, de resolução de problemas.

Discute-se atualmente a fragmentação e a desmobilização dos movimentos sociais. A Educação Popular, especialmente nas décadas de 1960 a 1980, teve seu espaço de atuação primordialmente vinculada a estes movimentos, sendo necessário, então, que ela seja atualizada frente a nova realidade que vem se configurando no panorama político-social. As redes de apoio fazem parte deste contexto, pois mesmo tendo existido desde épocas remotas da humanidade, é no momento atual que elas vêm

sendo reconhecidas e valorizadas, como elementos importantes no cotidiano das classes

populares. Isso não significa uma despolitização das práticas de Educação Popular, nem

a direção rumo a práticas assistencialistas, mas o reconhecimento de novos espaços de construção de autonomia das camadas populares e novas possibilidades de empoderamento destes sujeitos.

Zarco (2000) chama a atenção para o fato de que o fortalecimento da autonomia – empoderamento - oferece um horizonte de esperança e afirmação à população empobrecida, em torno da qual as redes de apoio social se organizam. É necessário, então, fazê-la sujeito de direitos e, sobretudo, sujeito de seu próprio destino, estimulando ações que possibilitem que esta população construa seu próprio poder para fazer-se ouvir e para incidir na conformação de políticas orientadas a melhorar a qualidade de vida da população em geral e do sujeito social em particular.

A construção de sujeitos com capacidade de incidência social tem uma dimensão individual e coletiva que explicitamente devem ser trabalhadas para uma real acumulação de poder. As redes de apoio social podem ser ferramentas de empoderamento desde que sua atuação tenha como perspectiva a autonomia baseada no compartilhamento de poder, o que implica no compartilhamento de saberes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reemergência da sociedade civil impulsionou uma nova concepção de participação, revitalizando o princípio de comunidade no qual a vontade geral tem de ser construída com a participação efetiva dos cidadãos, de modo autônomo e solidário, sem delegações que retirem transparência à relação entre “soberania” e “governo”. O papel da sociedade civil na conjuntura atual pode indicar uma nova cultura política, baseada numa obrigação política horizontal cidadão-cidadão na base da qual é possível fundar uma associação política participativa. (SANTOS, 2001)

As redes de apoio social parecem apontar na direção desta nova cultura política. Além de exercerem a função de preencher as lacunas deixadas pelas políticas sociais liberais e de disseminar a noção de cidadania ligada à idéia de interdependência dos membros da sociedade, enquanto movimento social, elas podem representar um espaço de luta e elaboração de propostas visando à implementação de políticas sociais mais justas. A Educação Popular pode contribuir com o fortalecimento dessas redes.

Cabe aos educadores envolvidos nesse processo subsidiar as ações dos grupos, tentando articular os diversos sujeitos que deles participam, facilitando reflexões acerca da participação política, discutindo a redistribuição do poder com vistas à autonomia. Para tanto, é necessário que se trabalhe com a concepção de que as redes de apoio não são apenas grupos ou iniciativas assistenciais. É preciso acreditar no seu potencial de conscientização política e de exercício da cidadania, na condição de atores que buscam assegurar suas conquistas sociais, acreditando, como diz Freire (1978) na capacidade ontológica do humano de ser mais.

No mesmo processo em que as redes de apoio contribuem com o fortalecimento

dos sujeitos através da construção da autonomia, também se fortalecem enquanto coletivo, enquanto teia de relações e de interações, onde a solidariedade, o apoio mútuo,

a reciprocidade, o compartilhamento de saberes e de poder, a reflexão crítica e a participação política vão apertando os nós destas redes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Gabriela R. B.; VAITSMAN, Jeni. Apoio Social e Redes: conectando

solidariedade e saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**. São Paulo, Vol. 7, n.4 2002.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. 9 ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992. 216 p.

BUFFA, Esther. Educação e Cidadania Burguesas. In BUFFA, Ester, ARROYO,

Miguel, NOSELLA, Paolo. **Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?** 6ª. Ed.

São Paulo: Cortez, 1996. 94 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Os Caminhos Cruzados: formas de pensar e realizar a

educação na América Latina. In GADOTTI, M.; TORRES, C.A (orgs.). **Educação**

**Popular: utopia latino-americana**. São Paulo: Cortez – EDUSP, 1994. 341 p

DAVID, Helena M. S. L. **Religiosidade e Cotidiano das Agentes Comunitárias de**

**Saúde: repensando a educação em saúde junto às classes populares**. Rio de Janeiro,

2001. Tese de Doutoramento. ENSP-FIOCRUZ.

DEMO, Pedro. **Cidadania Tutelada e Cidadania Assistida**. Campinas – São Paulo:

Autores Associados, 1995. 171 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003-a

245 p.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Política e Educação**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2003-b. 119 p.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25

ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.165 p.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 218

p.

GADDOTTI, Moacir. Para Chegar lá juntos e em Tempo. Caminhos e significados da

Educação Popular em diferentes contextos. In **21a. Reunião Anual da ANPED**, Caxambu, 1998.

KLEBA, Maria Elizabeth. A Participação Social na Construção do Sistema Único de

Saúde enquanto processo de Empowerment. **Anais do VI CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLETIVA**. Salvador, 2000.

OLIVEIRA, Maria Luiza Silva; BASTOS, Ana Cecília de Sousa. Práticas de atenção à

saúde no contexto familiar: um estudo comparativo de casos. **Psicologia. Reflexão.**

**Crítica**. Porto Alegre Vol. 13, n. 1, 2000.

PINTO, Carla. Empowerment: uma prática do serviço social. In **Política Social**. Lisboa:

ISCSP, 1998, pp 247-264.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice – o social e o político na pósmodernidade**. 8a. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 348 p.

TEIXEIRA, Mirna Barros & LEÃO, Selma de Souza. **Empoderamento como estratégia de Promoção da Saúde no campo do Envelhecimento**. Disponível em <http://www..sbgg-rj>.

TOURAINE, Alain. **Crítica da Modernidade**. 7a. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 431 p.

VALLA, Victor Vincet. Redes sociais, poder e saúde à luz das classes populares numa conjuntura de crise. **Interface Comunicação, Saúde, Educação**, Rio de Janeiro, v.4, n.7, p.37-56, 2000.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Educação Popular, saúde comunitária e apoio social numa conjuntura, de globalização. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, Vol 15, suppl. 2., 1999.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Educação Popular e Saúde: a religiosidade popular como expressão de apoio social. In **Simpósio Brasileiro de Educação Ambiental**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

WONG UN, Julio Alberto. **Visões de Comunidade na Saúde: comunalidade, interexistência e experiência poética**. Rio de Janeiro, 2002. Tese de Doutoramento.

ENSP-FIOCRUZ.

ZARCO, Carlos. Educacion, Ciudadania, Derechos Humanos y Participacion de las Personas Jovenes y Adultas. In **La Educacion de Personas Jovenes y Adultas em America Latina y el Caribe – prioridades de accion en el siglo 21**. UNESCOCEAAL- CREFAL-INEA. Santiago do Chile, 2000. 297 p.

Texto extraído de: AS REDES DE APOIO SOCIAL E A EDUCAÇÃO POPULAR: APERTANDO OS NÓS DAS REDES.

**RIBEIRO**, Kátia Suely Queiroz Silva – UFPB

**GT:** Educação Popular/ nº 06